

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA; UM PERCURSO

Dieli Vesaro PALMA¹

Doutora em Língua Portuguesa – PUC-SP

Professora do Departamento de Português da PUC-SP

Neusa Barbosa BASTOS²

Doutora em Língua Portuguesa – PUC-SP

Professora do Departamento de Português da PUC-SP

Resumo: Este trabalho tematiza o percurso realizado pelo Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa, da PUC-SP. Ele objetiva apresentar a trajetória desse Grupo desde sua criação até os dias atuais. Assim, seguindo os ensinamentos de Koerner, Swiggers e Altman, ele construiu uma proposta metodológica para a realização dos estudos historiográficos, abrangendo do século XVI ao século XX. Nessa construção, foram definidos vários aspectos: a observância aos princípios propostos por Koerner (1996), o estabelecimento das bases teóricas, dos passos investigativos, das categorias de análise, a caracterização dos objetos de pesquisa, da História do Tempo Presente e o delineamento das vertentes em que as investigações historiográficas têm sido realizadas pelo Grupo.

Palavras-chave: Historiografia Linguística. Passos investigativos. Vertentes de trabalho.

O presente número temático da Revista VERBUM, que trata da Historiografia Linguística, traz reflexões acerca dos trabalhos que vêm sendo elaborados no Brasil com base em teóricos como Konrad Koerner (1996) e Pierre Swiggers (2009). Mencionaremos nosso projeto mais amplo, desenvolvido por professores de diversas universidades: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual do Maranhão, Universidade Cruzeiro do Sul, Instituto Federal de São Paulo, alocados no IP-PUC/SP (Instituto de Pesquisas Linguísticas “Sedes Sapientiae” para estudos de Português da PUC/SP. Trata-se do GPeHLP (Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa), cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq, ligado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC/SP.

¹ Endereço eletrônico: dieli@uol.com.br

² Endereço eletrônico: nmbastos@terra.com.br

Nosso projeto intitulado História Entrelaçada (doravante HE) teve publicações bienais desde 2004, ano em que se publicou o primeiro volume da coleção HE, hoje em seu oitavo livro, com preparação do nono a ser lançado em 2020. Contamos com muitos professores interessados nesse tipo de pesquisa, entre eles: Professores Doutores: Dieli Vesaro Palma, Luciano Magnoni Tocaia, Marilena Zanon, Maria Mercedes Saraiva Hackerott, Miguel Almeida, Nancy dos Santos Casagrande, Neusa Barbosa Bastos, Patrícia Di Iório, Regina Helena Pires de Brito, Ronaldo de Oliveira Batista Sonia Maria Nogueira, Vera Lucia Harabagi Hanna, Professora Mestre: Maria Ignez Salgado de Melo Franco, doutorandos Caio Catalano, Patrícia Mafra e Wemylla de Jesus e mestrando Thiago Ziglio Passerini.

Ao delimitarmos o campo de trabalho, nosso interesse investigativo cingiu-se a um panorama românico do mundo, centralizando-o em uma visão lusófona restrita a Portugal e ao Brasil, através dos séculos, desde o século XVI até o século XX. A seguir, pontuamos um problema central, que consiste em um olhar explicativo sobre a relação entre o ensino de Língua Portuguesa e as gramáticas do Português, vistas em sua organização assentada no modelo greco-latino, com as adequações sofridas através dos tempos por interferências internas e/ou externas à metodologia do ensino de Língua Portuguesa e à própria instituição gramatical.

Objetivamos proceder a uma reflexão sobre as metodologias do ensino de Português e sobre os movimentos da Língua Portuguesa através dos séculos, por meio das produções gramaticais, enfocando os comportamentos linguísticos e as implicações sócio-culturais referentes às políticas de língua adotadas em diversos momentos históricos ocorridos desde a época da colonização brasileira até o século XX.

Quanto aos procedimentos metodológicos de nosso trabalho, buscamos nos preceitos e nos princípios da Historiografia Linguística, com base nos já mencionados teóricos Koerner (1996) e Swiggers(2012), visando ao desenvolvimento das formas de implantação, expressão e normatização de uma língua sobre prismas históricos sucessivos e descontínuos. Então, a partir de tais autores e de Altman, nossa concepção de Historiografia Linguística assim se apresenta: é o modo de escrever a história do saber linguístico, tendo como objetivo descrever/ explicar como ele se desenvolveu em um determinado contexto. A afirmação de Altman (2004, p.27-28), a seguir, reforça essa compreensão:

E, se uma das tarefas da historiografia é (re)estabelecer os pressupostos (nem sempre conscientes) que os linguistas do passado trouxeram para suas práticas, bem como as consequências das suas proposições para o desenvolvimento do conhecimento que produzimos sobre a linguagem e as línguas, a investigação sistemática das condições passadas de produção e recepção do conhecimento linguístico é um passo importante para nosso melhor entendimento dos traços constitutivos da(s) ciência(s) da linguagem contemporânea(s), e das suas metodologias.

Vista assim, tal concepção leva-nos não só à análise de um produto acabado dentro de um recorte no tempo, mas também à consideração de seus mecanismos geradores, conduzindo-nos a uma visão panorâmica da realidade. Afinal, uma obra será sempre explicada mais profundamente quando, nela, percebemos as etapas de conhecimento que a engendraram.

Procuramos realizar uma abordagem historiográfica, com postura de historiógrafos diante da linguagem/do conhecimento linguístico, baseados em princípios científicos vinculados a determinados contextos espaço-temporais, iniciando por cinco pontos fundamentais vistos como procedimentos metodológicos na elaboração do trabalho historiográfico, que exporemos a seguir: *princípios básicos; passos investigativos; questão das fontes; dimensões cognitiva e social; critérios de análise:*

- *Princípios básicos.* O historiógrafo, como qualquer outro cientista, não trabalha sem princípios que o norteiem, visando à credibilidade de sua pesquisa. Em nosso caso, três são: a) a **contextualização**; b) a **imanência** e c) a **adequação**. O primeiro princípio refere-se às mais variadas correntes - filosóficas, políticas, econômicas, científicas e artísticas que, ao se interinfluenciarem, marcam indelevelmente todo um determinado período histórico, e dentro dele, portanto, o pensamento linguístico e a sociedade em geral. Isso nos impele a recorrer ao “clima de opinião” cultural da época em que determinado pensamento se desenvolveu; clima formado pelo endosso e pelo abandono de valores, a partir da revisão de paradigmas.

O segundo princípio diz respeito ao esforço do historiógrafo de entender o texto produzido no período focado de forma completa, histórica e criticamente, e filologicamente se possível, sem se desviar da fidelidade ao que foi dito, ou seja, cabe-lhe respeitar não só o quadro geral da teoria em questão, como também as acepções terminológicas definidas internamente, e não em referência à doutrina linguística moderna, qualquer que seja a linha teórica que o embasa. O terceiro princípio

relaciona-se com a obediência aos dois primeiros. Diz respeito ao momento de o historiógrafo, de forma implícita, aventurar-se a introduzir aproximações modernas do vocabulário técnico e a construir um quadro conceitual de trabalho que permita a apreciação dos textos analisados, seus conceitos e teorias, com a constatação das afinidades de significado que subjazem a ambas as definições.

- *Passos investigativos*. Atentos aos três princípios koernianos, fixamo-nos em quatro momentos: **seleção**, **ordenação**, **reconstrução** e **interpretação**. Primeiramente, procede-se à seleção de documentos gramaticais a serem estudados dentre todos os que forem encontrados, elegendo os mais representativos nos séculos que pretendíamos estudar: XVI, XVII, XVIII, XIX e XX. Em seguida, a ordenação de um documento e, em havendo mais de um, selecionamos por século, imprimindo uma ordem cronológica, em nosso caso particular, uma vez que pretendíamos estabelecer um percurso histórico/historiográfico das gramáticas da Língua Portuguesa, considerando os movimentos linguísticos e as implicações sócio-culturais referentes às políticas linguísticas adotadas nos diversos momentos históricos. A reconstrução do conhecimento linguístico dos vários recortes temporais considerados, leva-nos, por fim, à interpretação crítica do processo dessa produção contextualizada a partir do clima de opinião/espírito de época delineado.

Além dos *princípios* e dos *passos investigativos*, um terceiro aspecto se impôs na condução metodológica do trabalho: a *questão das fontes*, que podem ser primárias e secundárias. Inicialmente, como todos os historiadores, fomos às fontes primárias (documentos originais), para delas extrair elementos que nos permitiram dar, seguramente, os passos investigativos. Depois lançamos mão das fontes secundárias, ou seja, aquelas que (às vezes escassas) permitiram verificar o que já fora estudado sobre os documentos que tínhamos em mãos.

Um quarto fator ainda foi considerado em nosso trabalho: *as dimensões cognitiva e social*. Tais dimensões necessárias à explicação do desenvolvimento do estudo historiográfico compõem-se dos fatores internos e externos. Consideramos a *dimensão cognitiva/interna* aquela que se volta para os conhecimentos linguísticos, linhas teóricas e metodológicas que orientaram o surgimento do documento nos recortes espaço-temporais determinados e a *dimensão social/externa* aquela que busca alcançar aspectos sociais, formas poderosas e socialmente enraizadas com relação aos grupos de estudiosos em questão.

Claro está que as etapas metodológicas aqui enumeradas, fazendo-nos supor certa ordem, não são rigidamente estanques, visto que a *análise das fontes* supõe, de certa forma, a consideração dos *passos investigativos*, e que todo esse conjunto, além das *dimensões cognitiva e social*, subordina-se aos *princípios básicos*.

Finalmente, o último ponto: *os critérios de análise*. Detectam-se aqui as “categorias”, que, entre outros requisitos, imprimem cientificidade a um trabalho.

Consideramos como “categoria” um acento forte, saliente em uma obra, e revelador de um ponto de vista que a alicerça e que pode manifestar-se nos mais diversos níveis linguísticos, sublinhando, assim, “uma crença em...”. A categoria, como se vê, resumindo e salientando um intrincado de valores traduzidos em língua, reveste-se de tal importância que, alheio a ela, o historiógrafo poderá priorizar o episódico. Assim, tendo esse ponto de apoio, estabelecemos, na análise da relação entre ensino de Língua Portuguesa e gramáticas do Português dos séculos considerados, duas categorias: a) apresentação/organização das obras e b) intenção teórico-metodológica dos autores que, explicitamente ou não, levando em conta o item a), desenvolveram políticas de Língua Portuguesa matizadas pelo “discurso da lei” e do “ensino”.

É preciso mencionar que, dado o volume de informações que as fontes oferecem, cumpre reduzi-las a partir de princípios organizadores. Uma das formas de redução é a determinação de temas, de forma indutiva por parte do pesquisador, a partir da base empírica, para posterior reagrupamentos em torno desses termos. Tais agrupamentos ou categorias não são estabelecidos *a priori*, mas emergem do material sob análise. Assim, na definição das categorias o GPeHLP tem optado por seguir um *modelo aberto*, pelo qual *as categorias tomam forma no curso da própria análise*. (Cf. Lavelle & Dione, 1999: 219) Esses conjuntos revelam aspectos salientes do objeto em estudo, indicando pontos de vista, manifestos nos diversos níveis linguísticos, e expressando valores traduzidos em língua.

Importa-nos sempre investigar: quem são os estudiosos da ciência da língua selecionados? O que é gramática para eles? O que pensam sobre o ensino de Português? Em que medida adotaram em suas obras os conhecimentos acatados na época, ou deles se afastaram pela crença em valores diferenciados? Qual o grau de representatividade das obras na época, e além dela? Que contribuição deixaram, a ponto de, hoje, analisarmos suas gramáticas com vistas à Historiografia Linguística?

Dessa forma, buscamos relacionar ensino de língua materna e gramáticas tradicionais (GTs: entendendo-as como as gramáticas normativo-descritivas assentadas no modelo greco-latino), baseadas num discurso sobre o passado, sem que mencionemos a história dos fatos passados como mero registro da história, mas considerando-os como a dimensão externa a ser investigada e adotando uma postura de historiógrafos diante das obras gramaticais e do ensino de Língua Portuguesa em seu caráter linguístico-pedagógico.

Quanto aos manuais didáticos e suas análises, estabeleceram-se os itens que se seguem: I) Concepções de linguagem e o ensino da Língua Portuguesa, sob as seguintes perspectivas científica (recorte do conteúdo da teoria para constituir tópico de uma disciplina curricular?) política (pressupostos ideológicos que levam a instituir um certo conteúdo em disciplina curricular e que subjazem aos objetivos e procedimentos de ensino dessa disciplina); sócio-cultural (a) condições de produção e recepção de determinado conhecimento, no âmbito escolar; b) que imagens se projetam desses agentes do processo e do conteúdo curricular) e histórica (reconstrução dos processos, por meio dos quais determinado conhecimento vai se configurando como saber escolar. II) Concepções de linguagem subjacentes a propostas pedagógicas dos períodos estudados.

A partir desses procedimentos teórico-metodológicos, avançamos nas discussões postas em questão no GPeHLP, tecendo considerações acerca de nossa identidade teórica que, em relação à Linguística, fixa-se sempre à corrente que for mais adequada ao corpus de estudo selecionado, dependendo do objeto linguístico. Em relação aos estudos históricos, adotaremos sempre elementos das seguintes vertentes: História Intelectual, História Cultural e Micro-história. Destacamos, ainda, que, como parte do princípio de contextualização, passamos a fazer uma breve apresentação biográfica do gramático sob análise. Esse aspecto torna-se relevante na medida em que a história de vida do gramático tem relação com a visão que assume quanto ao ensino da língua e à concepção de gramática, representando continuidade ou descontinuidade nos estudos gramaticais de sua época.

Nova reflexão surge sobre o nosso objeto de investigação que pode ser considerado **metalinguístico**, com diversas características, ou que pode ser **não metalinguístico**. Dessa maneira, sendo um **objeto metalinguístico** (gramáticas, manuais didáticos, antologias etc.), estabelecem-se as categorias a partir do próprio

objeto (princípio da imanência), que são, em seguida analisadas e discutidas; na seqüência, elege-se uma teoria atual para que seja estabelecido o diálogo entre pontos teóricos do objeto analisado e aspectos da teoria selecionada, buscando, nessa aproximação, a convergência entre eles (princípio da adequação). Em se considerando um **objeto não-metalinguístico** (lei, cartas, documentos oficiais etc), seleciona-se um instrumento, a saber uma teoria linguística que seja compatível contemporaneamente ao objeto de estudo (princípio da imanência) e estabelece-se uma teoria posterior a ele que permitirá o cotejo com os pontos observados, de acordo com o princípio da imanência (princípio da adequação).

Em relação às ponderações estabelecidas pelo GPeHLP, surgem muitas questões importantes que nos têm incentivado a novas investigações a saber: Em se tratando de um objeto de estudo contemporâneo (consideremos a segunda metade do século XX): - como ficaria o princípio da adequação? Ele seria dispensável? Haveria um processo cumulativo no qual imanência e adequação se sobreporiam?

Sobre essas questões, podemos apresentar algumas reflexões, com base no que propõe Tétart (2000). Convém destacar, inicialmente, que a história do tempo presente não é uma novidade, pois ela já foi desenvolvida na Grécia, por meio do trabalho de Tucídides. Sofreu, entretanto, muitas críticas como as de Jacques Le Goff (1978, apud Tétart 2000:133) que considerava que ela devesse ser realizada por jornalistas ou politólogos e não, por historiadores. Foram os estudos sobre a Segunda Guerra Mundial que abriram campo para trabalhos dessa natureza. Em 1978, cria-se o Instituto de História do Tempo Presente (CNRS), sob a direção de F. Bédaria e, em 1997,

o tempo presente é um território histórico que desfruta de completo reconhecimento científico, pedagógico e editorial, decorrente de uma aposta intelectual, de sucesso científico e de uma grande demanda social. (op.cit:134)

Para garantir o rigor de sua pesquisa, o historiógrafo do tempo presente deve definir com rigor seu campo de investigação, seu método, as fontes disponíveis e as posições que assume frente à história da qual foi participante. Este último aspecto relaciona-se à questão do distanciamento na análise de documentos que focalizam fatos dos quais, muitas vezes, o pesquisador foi testemunha e da imparcialidade no seu

juízo, devendo ser destacada a impossibilidade de uma “pura objetividade”. Nesse sentido, diz Tétart (p.136) que

Ele (o historiador dos tempos presentes) recusa contudo a *doxa* que afirma que só se fala com razão do passado *morto*. Nenhum passado morre pois inerva continuamente a história dos indivíduos. De resto, conhecendo a especificidade de seu trabalho, ele deve, talvez mais do que qualquer outro, escrever com consciência e rigor, perseguindo sempre a parte de ego-história em sua maneira de decifrar e dizer o passado.

Considerando-se, portanto, a possibilidade de estudo historiográfico de obras do tempo presente pergunta-se como seria aplicado o princípio da adequação? Quanto a essa indagação duas respostas são possíveis. A primeira levando em conta que o objeto de estudo seja metalinguístico e a teoria que o embasa seja atual, então não haveria necessidade de confrontá-la com outra teoria do mesmo período. No caso de um objeto de estudo não metalinguístico, dada a sua contemporaneidade, a teoria que fundamenta o princípio da imanência deve ser concomitante temporalmente ao documento sob análise, logo também não seria necessária a adequação teórica, como um procedimento metodológico separado, uma vez que se julga que o leitor tenha familiaridade com os fundamentos teóricos utilizados. Essas situações indicam um processo cumulativo em que o princípio da imanência e o da adequação seriam aplicados ao mesmo tempo, com base no mesmo arcabouço teórico.

A segunda resposta possível prevê a aplicação do princípio da adequação. Nesse caso, o objetivo seria estabelecer relações entre duas teorias que convivem no mesmo clima de opinião, apontando-se as convergências e as divergências entre elas, possibilitando, assim, ampliar a visão crítica do documento pelas relações teóricas estabelecidas.

Pode-se afirmar que esses têm sido procedimentos seguidos pelos membros do GPeHLP, o qual que tem procurado colaborar com o desenvolvimento da Historiografia Linguística desde a década de 1990 e que pretende dar continuidade a seus trabalhos como um dos grupos que leva adiante a possibilidade de um estudo historiográfico, entrelaçando as obras gramaticais e os manuais didáticos.

Após apresentarmos o percurso histórico do Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa, objetivamos destacar as três vertentes de trabalho dos estudos historiográficos, nas quais as pesquisas têm sido realizadas nesse Grupo.

Ao se tratar do objeto de investigação, já foi mostrado que ele pode ser ou metalinguístico ou não-metalinguístico. Inserem-se na primeira situação gramáticas, livros didáticos ou antologias. Considerando-se especificamente o livro didático, podemos caracterizá-lo de acordo com os critérios propostos por Choppin (2004), que ratificariam sua escolha como objeto de estudo da pesquisa historiográfica.

Para esse autor, o livro didático é um recurso pedagógico, que tem um caráter múltiplo e nele são enfatizados aspectos socioculturais-econômicos. Esse conceito mostra a função ideológica e cultural do livro. Além dela, outras funções são propostas por Choppin, a saber: a referencial que diz respeito aos saberes a serem ensinados; a instrumental, que focaliza os métodos de aprendizagem e as propostas de atividades presentes no livro didático, visando à aquisição de competências disciplinares ou transversais e à apropriação de habilidades, de métodos de análise ou de resolução de problemas e, finalmente, a quarta função, a documental, que se relaciona ao fato de o livro trazer um conjunto de documentos textuais e icônicos, que possibilitam o desenvolvimento do espírito crítico dos estudantes. Essa diversidade de funções mostra o valor do livro didático como objeto de pesquisa de um estudo historiográfico.

Em relação à gramática, parece-nos que a função ideológica, a referencial e a documental também podem ser aplicadas a esses recursos pedagógicos. Caso a gramática seja pedagógica, ou seja, voltada ao ensino da língua na escola, aplica-se a ela também a função instrumental mas se for uma gramática teórica, como a *Gramática de Uso* (2000, p.14), de Maria Helena de Moura Neves, por exemplo, essa função não lhe poderia ser atribuída, pois essa obra destina-se à “descrição do uso efetivo dos itens da língua, compondo uma gramática referencial do português” objetivando explicitar a intenção teórico-metodológica da autora e contribuindo para o desenvolvimento de políticas linguísticas.

No que tange às antologias, considera-se que a seleção de textos, frequentemente, visa a atingir um objetivo, voltado à aquisição de comportamentos, valores, conceitos ou conhecimentos. Assim, as quatro funções propostas por Choppin são a elas aplicáveis. Dessa forma, dada a relevância dos recursos pedagógicos aqui apresentados – livro didático, gramática e antologia - eles podem ser selecionados como objetos metalinguísticos de investigação nos estudos historiográficos.

Essa seria uma primeira maneira de se proceder à investigação historiográfica. Ela está presente em vários capítulos da série *História Entrelaçada*, como em “A

Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira: desvelando a relação entre gramática e ensino no século XVI” (2004), de autoria de Nancy dos Santos Casagrande, “Gramaticografia novecentistas: raízes maximinianas”, escrito por Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos, Regina Pires de Brito e Vera Lúcia Harabagi Hanna (2006), e “Técnicas de Redação, de João Bosco Medeiros: um caminho para o ensino de redação no 2º grau nos anos 1980” (2018), cujas autoras são Dieli Vesaro Palma, Adriana de Souza Ramacciotti e Patrícia Mafra.

Quando o objeto de estudo é não-metalinguístico, como leis, cartas, documentos oficiais, textos literários, entre outros, escolhe-se uma teoria linguística contemporânea ao objeto de estudo, a fim de se aplicar o princípio da imanência e seleciona-se uma teoria posterior para se proceder ao princípio da adequação teórica. Representa essa frente de trabalho a dissertação de mestrado de Maria de Fátima do Mendes, na qual a autora fez um estudo comparativo de alguns papéis sintáticos (sujeito, objeto adjunto adnominal e ordem dos constituintes da frase) nas obras O Sacy, de Monteiro Lobato e Marcelo, Marmelo, Martelo e Reizinho Mandão, de Ruth Rocha. De Lobato, foram selecionados dois segmentos um da 1ª edição, publicada em 1921 e outro da 7ª, lançada em 1941, e trechos das obras de Ruth Rocha, datadas dos anos 1970, com o objetivo de verificar as mudanças ocorridas na sintaxe do Português Brasileiro. Os resultados mostraram que o sujeito não sofreu modificação, havendo a predominância do sujeito elíptico. Quanto ao objeto, foram constatadas alterações, como o uso da categoria vazia do objeto na obra de Ruth Rocha, que não foi constatada no texto de Lobato. Quanto aos pronomes possessivos na função de adjunto adnominal, na obra lobatiana, há o predomínio das formas sua, suas, seu, seus e, nas de Ruth Rocha escolhe as formas pessoais tônicas dele, deles, dela, delas. Quanto à ordem dos constituintes, os dois autores dão preferências à ordem direta, ou seja, à sequência sujeito, verbo e complemento.

Esse estudo focalizou a linguagem, pois as mudanças, verificadas no uso linguísticos, entre os dois períodos comparados, estão estreitamente relacionadas a questões sociais e culturais, que produzem alterações na língua ao longo do tempo. Seria essa a segunda frente de atuação da Historiografia. Esse enfoque está contemplado nos estudos historiográficos, como destaca Altman (2012, p.20), ao conceituar a Historiografia Linguística: “a disciplina que pretende a reconstrução do

conhecimento sobre a linguagem tem como objeto, de antemão, todas as formas sob as quais esse conhecimento se manifestou, no seu processo histórico.”

Podemos ainda destacar uma terceira vertente de pesquisas que têm sido realizadas pelo Grupo de Historiografia da Língua Portuguesa da PUC-SP: aquela que focaliza questões lusófonas. Encontramos trabalhos relacionados a ela na obra *História Entrelaçada 4 – Os discursos das produções linguístico-gramaticais dos países lusófonos*. Respeitando-se os princípios metodológicos já consolidados no Grupo, foram realizadas investigações cujos temas focalizaram o mundo lusófono. A professora Elisa Guimarães, no Prefácio da obra, afirma que

Este quarto volume coloca em destaque instruções compendiadas em cartilhas, seletas, manuais didáticos e antologias – fontes das quais se extraem valiosas instruções relativas ao ensino da Língua Portuguesa em comunidades lusófonas, aqui limitadas a Angola, Brasil, Moçambique, Portugal e Timor-Leste.

Centrada em obras da primeira metade do século XX, a pesquisa representa um preciso manancial de informações, ao mesmo tempo que dinamiza um contexto de inexauríveis dimensões, abarcando uma faixa de valores que enlaça produções linguístico-gramaticais e a maneira de aplicá-las no processo de ensino (2010, p.7).

Encerrando esse percurso temporal dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em Historiografia da Linguística da PUC-SP, não poderíamos deixar de destacar a vertente de investigação que vem sendo desenvolvida pelo professor doutor Ronaldo de Oliveira Batista. Seus estudos têm focalizado a análise retórica, que é apresentada no artigo “A construção polêmica da ciência: debates e retórica de ruptura na história da linguística brasileira”, publicado neste dossiê. Ele concebe a Retórica “como manifestação discursiva em busca de persuasão, procurando legitimar práticas de atuação científica”. Esse tema está aprofundado no artigo que ora se publica.

Referências bibliográficas

ALTMAN, Cristina. Paradigmas na História da Linguística. *In A Pesquisa Linguística no Brasil (1968 -1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998, p. 26-36.

_____. História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira. *In Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*. V.14.N.1. São Paulo, 2012, p.14-37.

CASAGRANDE, Nancy dos Santos. Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira: desvelando a relação entre gramática e ensino no século XVI. *In Bastos,*

Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História Entrelaçada – A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, p.25-43.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas; sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, n.3, set/dez., 2004.

GUIMARÃES, Elisa. Prefácio. In: Bastos, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História Entrelaçada 4 – Os discursos das produções linguístico-gramaticais dos países lusófonos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p.7-9.

KOENER, Konrad. Questões que persistem em historiografia linguística. *Revista da ANPOLL*, n.2. Universidade de São Paulo, 1996, p.45-70.

MENDES, Maria de Fátima. *Estruturação da frase do Português Brasileiro em Monteiro Lobato e Ruth Rocha: um estudo historiográfico*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

PALMA, Dieli Vesaro; RAMACCIOTTI, Adriana de Souza; MAFRA, Patrícia. Técnicas de Redação, João Bosco Medeiros: um caminho para o ensino de redação no 2º grau nos anos 1980. In Bastos, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). *História Entrelaçada 8 – Língua Portuguesa na Década de 1980: gramática, redação e educação*. São Paulo: Terracota, 2018, p. 117-127.

SWIGGERS, Pierre. Linguistics historiography: object, methodology, modelization. In *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*. V.14.N.1. São Paulo, 2012, p. 38-53.

TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

LINGUISTIC HISTORIOGRAPHY; A COURSE CARRIED OUT

Abstract: This work has as its theme the course carried out by the Group of Research in Historiography of the Portuguese Language, of PUC-SP. It aims to present the trajectory of this Group from its creation to the present day. Thus, following the teachings of Koerner, Swiggers and Altman, he constructed a methodological proposal for the accomplishment of the historiographic studies, covering from century XVI to century XX. In this construction, several aspects were defined: compliance with the principles proposed by Koerner (1996), the establishment of the theoretical bases, the investigative steps, the categories of analysis, the

characterization of the objects of research, the History of Present Time and the outline of the work strands in which the historiographical investigations have been carried out by the Group.

Keywords: Linguistic Historiography. Investigative steps. Work strands.

Envio: março/2019

Aceito para publicação: abril/2019

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267